

Release

Fontes “poderosas” alimentam um noticiário pouco informativo sobre o impeachment diz estudo

Eliane Campelo - DRT n.264/TO

Um jornalismo declaratório, reducionista e ‘pouco ou nada’ informativo é o descrito pelas pesquisadoras Ebida Rosa dos Santos e Liziane Soares Guazina no artigo em que analisam a cobertura do processo de impeachment da ex-presidente, Dilma Rousseff, nos jornais *Folha de S. Paulo* e *A Tarde*. No texto, **“O uso das fontes nas notícias sobre o processo de impeachment: uma análise da cobertura realizada pelos jornais Folha de S. Paulo e A Tarde (BA)”** as autoras consideraram publicações veiculadas sete dias anteriores a três momentos relevantes de julgamento no Congresso Nacional para verificar nas fontes as categorias “alinhamento”, “protagonistas” e “antagonistas” e ainda, a diversidade de pontos de vista. O estudo revelou que “o uso das fontes pelos jornais pode ser caracterizado como deficiente, centrado exclusivamente no “poder” e muito dependente de afirmações de fontes oficiais e ocultas”.

O impeachment de um presidente da República é um acontecimento de grandes proporções e traz consigo a necessidade e emergência de uma mídia atuante pois esse fator impacta diretamente nos processos democráticos e “estremece as relações entre diversos setores públicos e privados. Impeachments envolvem normalmente, para além dos três poderes, entidades e grupos organizados da sociedade civil e a participação da população nos debates sobre os rumos do país. O debate público, nas diversas esferas, se dá a partir da mídia tradicional e das mídias sociais, em um processo de retroalimentação”, defendem as autoras, acrescentando que “ao organizar o

caos, os jornalistas dão vida ao jornalismo, especialmente a partir de sua intensa relação com as fontes, caso contrário resumiria histórias, ficcionais ou não. São as fontes as responsáveis por dar ao fato veracidade, comprovação, 'fé pública'".

Mas o processo de construção da notícia deve seguir padrões éticos e morais que atestem a veracidade dos fatos narrados e o acesso dos jornalistas a fontes, a dados e/ou a documentos coloca o jornalismo numa posição privilegiada neste sentido. "Daí decorre a possibilidade de se afirmar que seu papel (dos jornalistas) deve ser fornecer informações verídicas e substanciais, capazes de fundamentar os debates da esfera pública para então retomar o ciclo retroalimentar mídia-sociedade. Não se levam em conta nesse texto as influências das redes tecnológicas de comunicação nem as afetações que provocam nas relações com as fontes".

O trabalho das pesquisadoras parte da análise do jornalismo impresso, considerando unicamente a fonte e sua contribuição ao texto, foram escolhidos veículos que representam as regiões sudeste e nordeste do Brasil, duas regiões bem diferentes entre si. O objeto analisado é composto de 21 textos do jornal Folha de S. Paulo e 19 textos do periódico A Tarde, da Bahia, ambos de grande circulação o que permitiu uma amostragem com diversidade.

As autoras analisaram notícias publicadas nos sete dias que antecederam três momentos relevantes do processo de impeachment: a votação do aceite de abertura do processo pela Câmara dos Deputados, em 17 de abril; a votação do afastamento da Presidenta do cargo pelo Senado Federal, em 12 de maio; e a cassação do mandato na sessão final de julgamento no Senado em 31 de agosto.

Além de realizar revisão teórica sobre tipos de fonte e seus papéis na cobertura jornalística as pesquisadoras também observaram aspectos relativos ao compromisso do jornalismo com a transparência, e os níveis de interação e seus riscos.

As fontes são pessoas “interlocutoras de organizações e de si próprias ou referências; envolvidas direta ou indiretamente a fatos e eventos; que agem de forma proativa, ativa, passiva ou reativa; sendo confiáveis, fidedignas ou duvidosas” diz o texto. É destas pessoas que “os jornalistas obtêm informações de modo explícito ou confidencial para transmitir ao público, por meio de uma mídia”.

Hoje, algumas fontes buscam os jornais e configuram-se como “poderosas”, provocando um nível de dependência entre a mídia e suas fontes, assim, o noticiário político torna-se frequentemente uma co-produção entre servidores públicos e jornalistas aponta a pesquisa. Nesta relação as fontes remetem para suas posições e relações sociais, para interesses e pontos de vista. Procurando ou sendo procuradas pelos jornalistas, as fontes são entidades interessadas, que se encontram implicadas e atuam a partir de estratégias predeterminadas, portanto parciais.

O primeiro aspecto a ser destacado, dizem as autoras, “é a ausência de uma transparência em relação ao contato com as fontes” e uma tendência forte ao privilégio de um único ponto de vista, especialmente no caso do A Tarde, que não apresentou mescla de pontos de vista.

O conjunto ideal no tratamento da informação seria a mescla de pontos de vista, tanto sob a ótica deontológica quanto dos manuais práticos adotando assim uma multiplicidade de pontos de vista ou no mínimo ouvir os dois lados, “embora um processo de impeachment seja mais amplo e relacional do que essa dicotomia e possua inúmeros lados envolvidos”.

Sobre a diversidade dos tipos de fonte, em A Tarde apareceram apenas fontes governamentais não identificadas e oficiais públicas, sendo as últimas deputados e/ou senadores. Chama a atenção, aponta o artigo, uma verticalização da informação, colocada no noticiário de cima para baixo e a ausência de fontes que não estejam diretamente ligadas ao processo, mas que

sejam por ele afetadas, como a população de forma geral, ainda que representada pelas instituições da sociedade civil, a exemplo de conselhos e sindicatos.

Como citar a pesquisa

SANTOS, Evida Rosa dos; GUAZINA, Liziane Soares. O USO DAS FONTES NAS NOTÍCIAS SOBRE O PROCESSO DE IMPEACHMENT: uma análise da cobertura realizada pelos jornais Folha de S. Paulo e a Tarde (BA). **Revista Observatório**, Palmas, v. 3, n. 6, p. 612-635, out. 2017. ISSN 2447-4266. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/3860>>. Acesso em: (data do acesso). doi: <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n6p612>.